

Projeto de Intervenção Urbana

Setor Central

Considerações sobre o perímetro do
PIU Setor Central

São Paulo
Abril de 2019

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	3
II. BREVE HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO EM SÃO PAULO	4
III. ORDENAMENTO TERRITORIAL E CARACTERÍSTICAS	16

I. INTRODUÇÃO

A proposta de Projeto de Intervenção Urbana (PIU) para a região central de São Paulo partiu da necessidade de revisão da Operação Urbana Centro (Lei nº 12.349/1997), colocada pelo §2º do art. 382 da Lei nº 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE/2014), mas teve por pressuposto que a dinâmica do Centro da cidade não se restringe ao perímetro da Operação Urbana. Nesse sentido, os estudos iniciais consideraram os oito distritos da Subprefeitura Sé (Cambuci, Liberdade, Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, República e Sé) e os distritos Brás e Pari, da Subprefeitura Mooca, o que foi objeto de modificações ao longo do processo, até adquirir a conformação atual, que engloba territórios do Arco Tietê, do Arco Leste e do Setor Central, na Macroárea de Estruturação Metropolitana, e algumas quadras da Macroárea de Urbanização Consolidada.

O perímetro proposto suscitou questionamentos de órgãos públicos e da sociedade civil quanto a sua justificativa. Foram questionados, especialmente, os motivos para o projeto não se limitar à revisão da Operação Urbana Centro, adequando-a ao Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), e as razões da incorporação de áreas pertencentes ao Arco Tietê, em vez de incorporar o Setor Central ao projeto do referido Arco.

Nesse sentido, a presente nota técnica tem por objetivo trazer alguns esclarecimentos quanto às motivações para adoção do traçado proposto, a partir de três eixos de análise: (i) histórico da urbanização de São Paulo; (ii) ordenamento territorial e características demográficas e socioeconômicas do território; e (iii) organização administrativa do município.

II. BREVE HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO EM SÃO PAULO

A proposta de Projeto de Intervenção Urbana (PIU) para a região central de São Paulo partiu da necessidade de revisão da Operação Urbana Centro (Lei nº 12.349/1997), colocada pelo §2º do art. 382 da Lei nº 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE/2014), mas teve por pressuposto que a dinâmica do Centro da cidade não se restringe ao perímetro da Operação Urbana. Nesse sentido, os estudos iniciais consideraram os oito distritos da Subprefeitura Sé (Cambuci, Liberdade, Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, República e Sé) e os distritos Brás e Pari, da Subprefeitura Mooca, o que foi objeto de modificações ao longo do processo, até adquirir a conformação atual, que engloba territórios do Arco Tietê, do Arco Leste e do Setor Central, na Macroárea de Estruturação Metropolitana, e algumas quadras da Macroárea de Urbanização Consolidada.

O perímetro proposto suscitou questionamentos de órgãos públicos e da sociedade civil quanto a sua justificativa. Foram questionados, especialmente, os motivos para o projeto não se limitar à revisão da Operação Urbana Centro, adequando-a ao Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), e as razões da incorporação de áreas pertencentes ao Arco Tietê, em vez de incorporar o Setor Central ao projeto do referido Arco.

Nesse sentido, a presente nota técnica tem por objetivo trazer alguns esclarecimentos quanto às motivações para adoção do traçado proposto, a partir de três eixos de análise: (i) histórico da urbanização de São Paulo; (ii) ordenamento territorial e características demográficas e socioeconômicas do território; e (iii) organização administrativa do município.

A região central foi palco da fundação de São Paulo, em 1554, quando o núcleo inicial da futura cidade se constituiu em torno do alojamento e do colégio erguidos pelos jesuítas, conhecido como Pateo do Collegio, onde atualmente funciona o Museu de Anchieta. O povoado, entretanto, apresentou lento crescimento até o final do século XIX, quando, em razão de sua relevância geográfica à exportação do café, passou a assumir importância crescente como entreposto comercial.

Em 1810, a Planta da Cidade de São Paulo (Figura 1) demonstra, além das duas freguesias que formavam o centro urbano, Sé e Santa Ifigênia, a existência de linhas de deslocamento para outros núcleos urbanos, dentre os quais o Caminho da Luz para o norte, no qual já se encontrava o Convento da Luz; e a antiga Ladeira do Carmo a leste, na qual se localizava o Convento do Carmo, que atravessava a Várzea do Tamandateí e se direcionava à incipiente região do Brás. No mapa executado entre 1844 e 1847 (Figura 2) é

notável a expansão dos limites da ocupação em relação à planta de 1810, especialmente ao norte, chegando à Ponte Grande de Santana, e a leste, onde é indicada a Freguesia do Braz (CAMPOS, 2008).

A planta de 1868 (Figura 3) é o primeiro documento cartográfico a trazer o percurso da ferrovia Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867. Embora a peça gráfica não evidencie alterações significativas na realidade física da cidade, desde que foi decidida a construção da ferrovia, a certeza de crescimento populacional e econômico fez com que as elites pressionassem a Câmara para que esta iniciasse a distribuição de datas de terras aos munícipes, o que ocorreu de forma injusta e discriminatória e em paralelo a casos frequentes de apropriação indevida de terrenos, configurando uma intensa especulação imobiliária, mesmo antes da transferência de ricos fazendeiros à cidade, da abolição da escravidão e da chegada de imigrantes (CAMPOS, 2008).

Essa planta demonstra a expansão da ocupação para o sul, a partir da abertura do novo caminho de Santos, entre 1862 e 1863, que hoje corresponde às avenidas Liberdade e Vergueiro, acrescentando o posterior arruamento da região da Liberdade, além da abertura de arruamentos em antigas chácaras da região da Santa Ifigênia e República e na região da Luz, a partir da abertura da Rua João Teodoro, em 1874.

A planta de 1881 (Figura 4), elaborada pela Companhia Cantareira, responsável pelos serviços de água e esgoto na cidade, representa a totalidade da área urbanizada à época, que tinha por limites ao norte, a Ponte Grande; ao sul, a Rua Lavapés, antigo caminho do Mar; a leste, a Praça da Concórdia, já ultrapassando a linha férrea; e a oeste, o Largo do Arouche. Conforme observa Campos (2008), a maior concentração de edificações ocorria no alto da colina central, na região considerada centro comercial e financeiro da Capital e conhecida por Triângulo, formada pelas Ruas da Imperatriz (atual Quinze de Novembro), Direita e São Bento, mas já sendo possível observar um número considerável de construções na região da Cidade Nova, localizada além do Vale do Anhangabaú. Já é possível observar a plena configuração do primeiro anel viário da cidade, formado pelas Ruas Formosa, do Seminário e Alegre, Travessa dos Bondes, Rua Senador Florêncio de Abreu, Travessa 25 de Março, Ruas 25 de Março, do Mercado, do Hospício, Conde d'Eu, Lavapés e da Glória, Travessa dos Estudantes, Largo da Liberdade, Ruas da Assembléia e Riachuelo e Largos do Riachuelo e da Memória, implantado para circunscrever o centro e interligar diferentes estradas que partiam da Capital. Também é possível observar a conformação da Rua do Gasômetro, com a instalação, a partir da década de 1870, do Complexo do Gasômetro (CAMPOS, 2008).

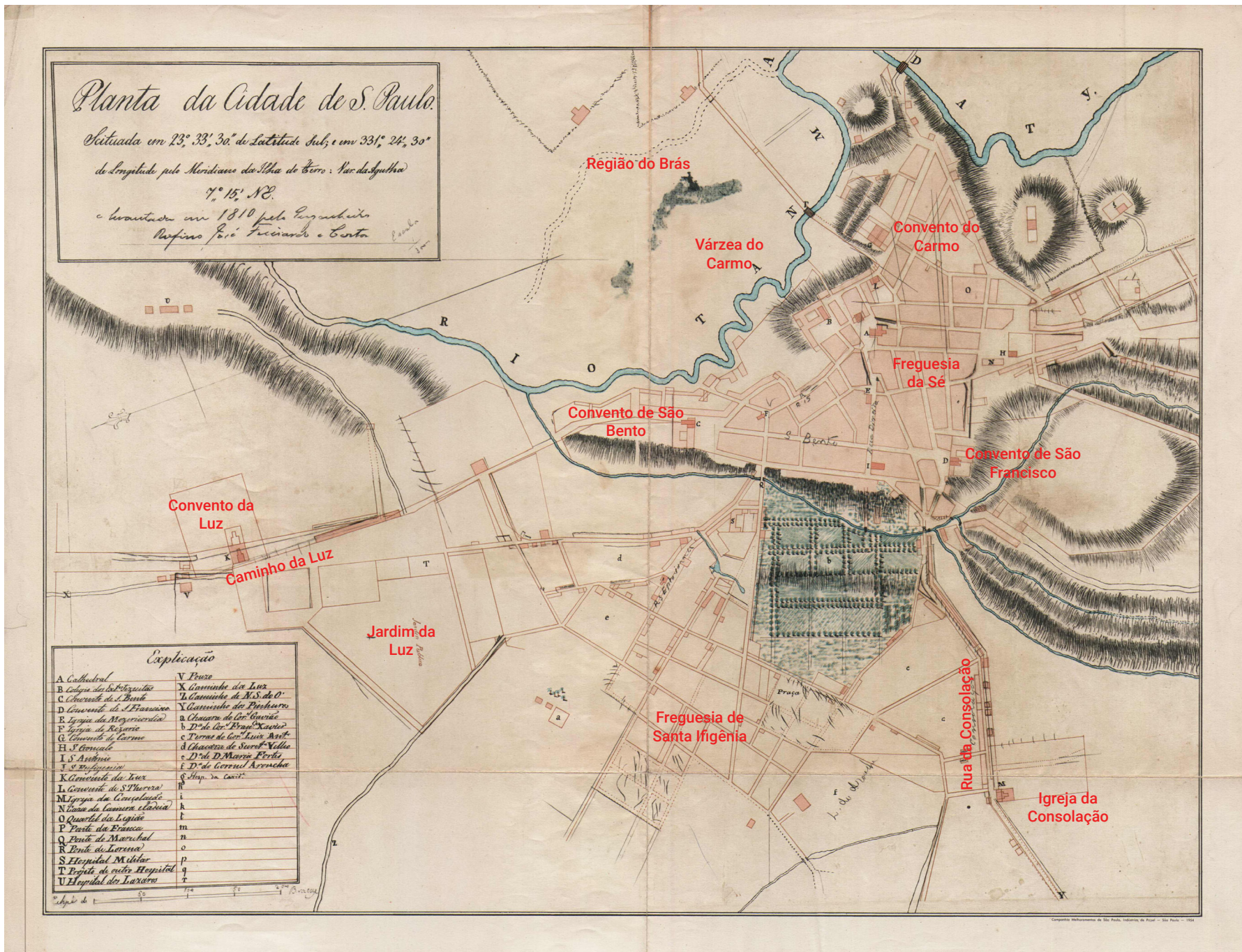


Figura 1: Planta da Cidade de São Paulo com acréscimo posterior, a lápis, levantado pelo Engenheiro Rufino José Felizardo e Costa, em 1810 (indicações nossas).
 Fonte: Campos, 2008.

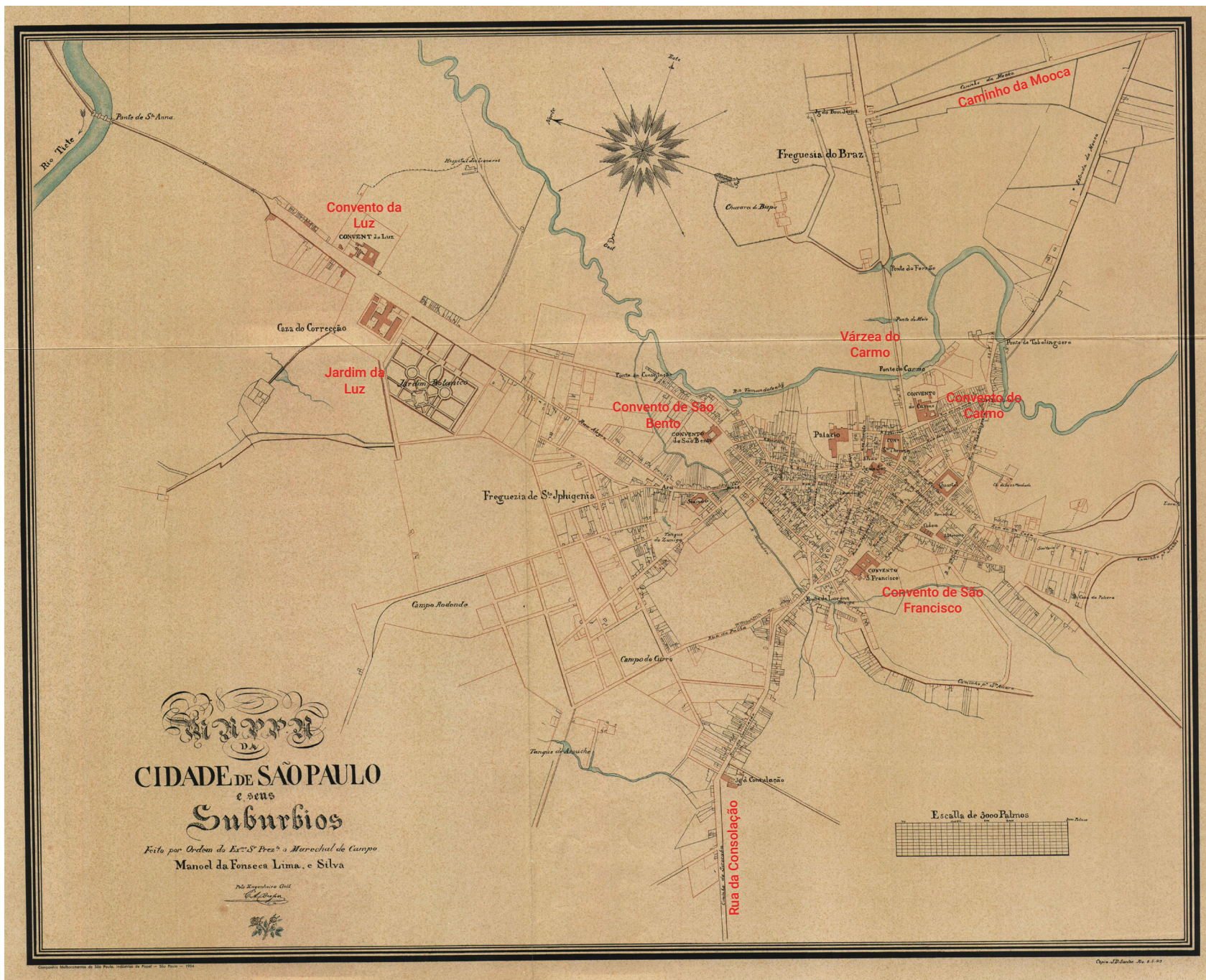


Figura 2: Mapa da Cidade de São Paulo e seus Subúrbios, executada entre 1844 e 1847 (indicações nossas).
 Fonte: Campos, 2008.

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO

1868

- | | | | |
|----|---------------------|----|-------------------------|
| 1 | RUA DE S. TEREZA | 37 | PRAÇA DO MERCADO |
| 2 | RUA DE S. ANTONIO | 38 | SEMINARIO DAS EDUCANDAS |
| 3 | RUA DE S. DOMINGOS | 39 | CASA DO BISPO |
| 4 | RUA DE S. FRANCISCO | 40 | TRINHA |
| 5 | RUA DE S. JOSE | 41 | JARDIM PUBLICO |
| 6 | RUA DE S. MARTINHO | 42 | CASA DE CORREIO |
| 7 | RUA DO PALACIO | 43 | CAMPO ALFREDO |
| 8 | RUA DE S. FRANCISCO | 44 | CONTO DO COLEGIO |
| 9 | RUA DE S. JOSE | 45 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 10 | RUA DE S. ANTONIO | 46 | CONVENTO REAL DA LUZ |
| 11 | RUA DE S. JOSE | 47 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 12 | RUA DE S. ANTONIO | 48 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 13 | RUA DE S. JOSE | 49 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 14 | RUA DE S. ANTONIO | 50 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 15 | RUA DE S. JOSE | 51 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 16 | RUA DE S. ANTONIO | 52 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 17 | RUA DE S. JOSE | 53 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 18 | RUA DE S. ANTONIO | 54 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 19 | RUA DE S. JOSE | 55 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 20 | RUA DE S. ANTONIO | 56 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 21 | RUA DE S. JOSE | 57 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 22 | RUA DE S. ANTONIO | 58 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 23 | RUA DE S. JOSE | 59 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 24 | RUA DE S. ANTONIO | 60 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 25 | RUA DE S. JOSE | 61 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 26 | RUA DE S. ANTONIO | 62 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 27 | RUA DE S. JOSE | 63 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 28 | RUA DE S. ANTONIO | 64 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 29 | RUA DE S. JOSE | 65 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 30 | RUA DE S. ANTONIO | 66 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 31 | RUA DE S. JOSE | 67 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 32 | RUA DE S. ANTONIO | 68 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 33 | RUA DE S. JOSE | 69 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 34 | RUA DE S. ANTONIO | 70 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 35 | RUA DE S. JOSE | 71 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 36 | RUA DE S. ANTONIO | 72 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 37 | RUA DE S. JOSE | 73 | CONTO DE S. FRANCISCO |
| 38 | RUA DE S. ANTONIO | 74 | CONTO DE S. FRANCISCO |

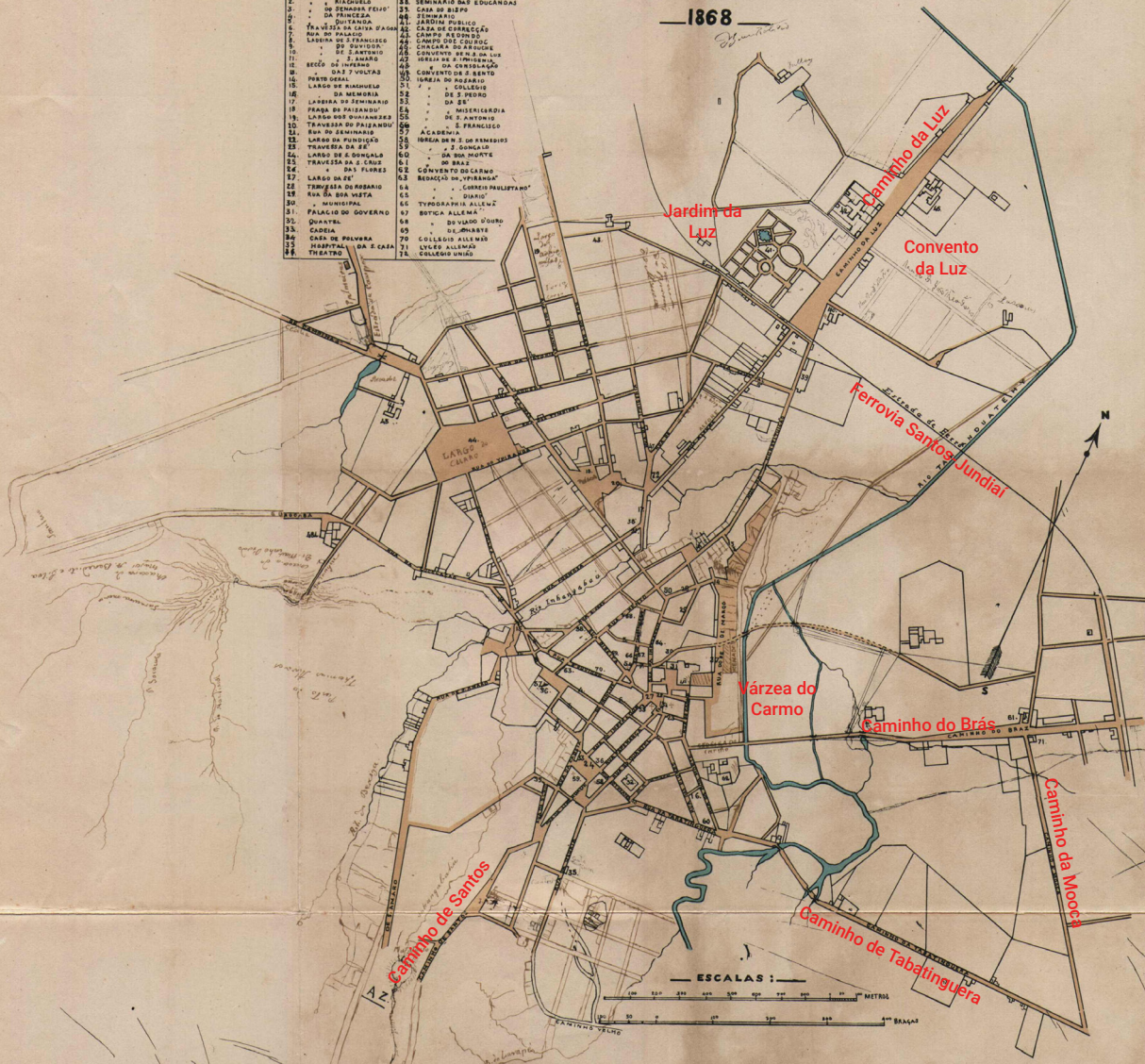


Figura 3: Planta da Cidade de São Paulo, de 1868 (indicações nossas).
Fonte: Campos, 2008.

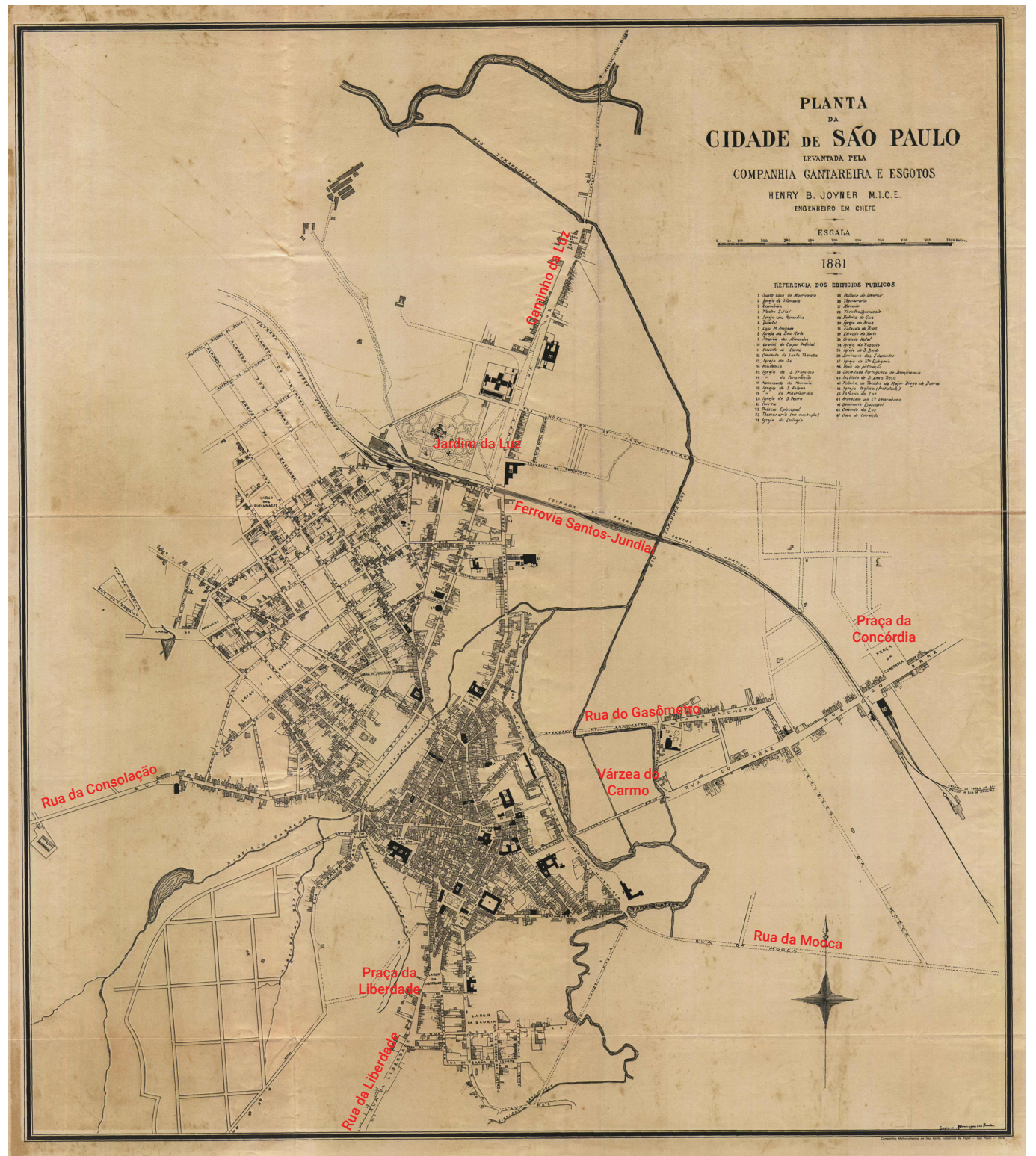


Figura 4: Planta da Cidade de São Paulo levantada pela Companhia Cantareira e Esgotos, de 1881 (indicações nossas).
Fonte: Campos, 2008.

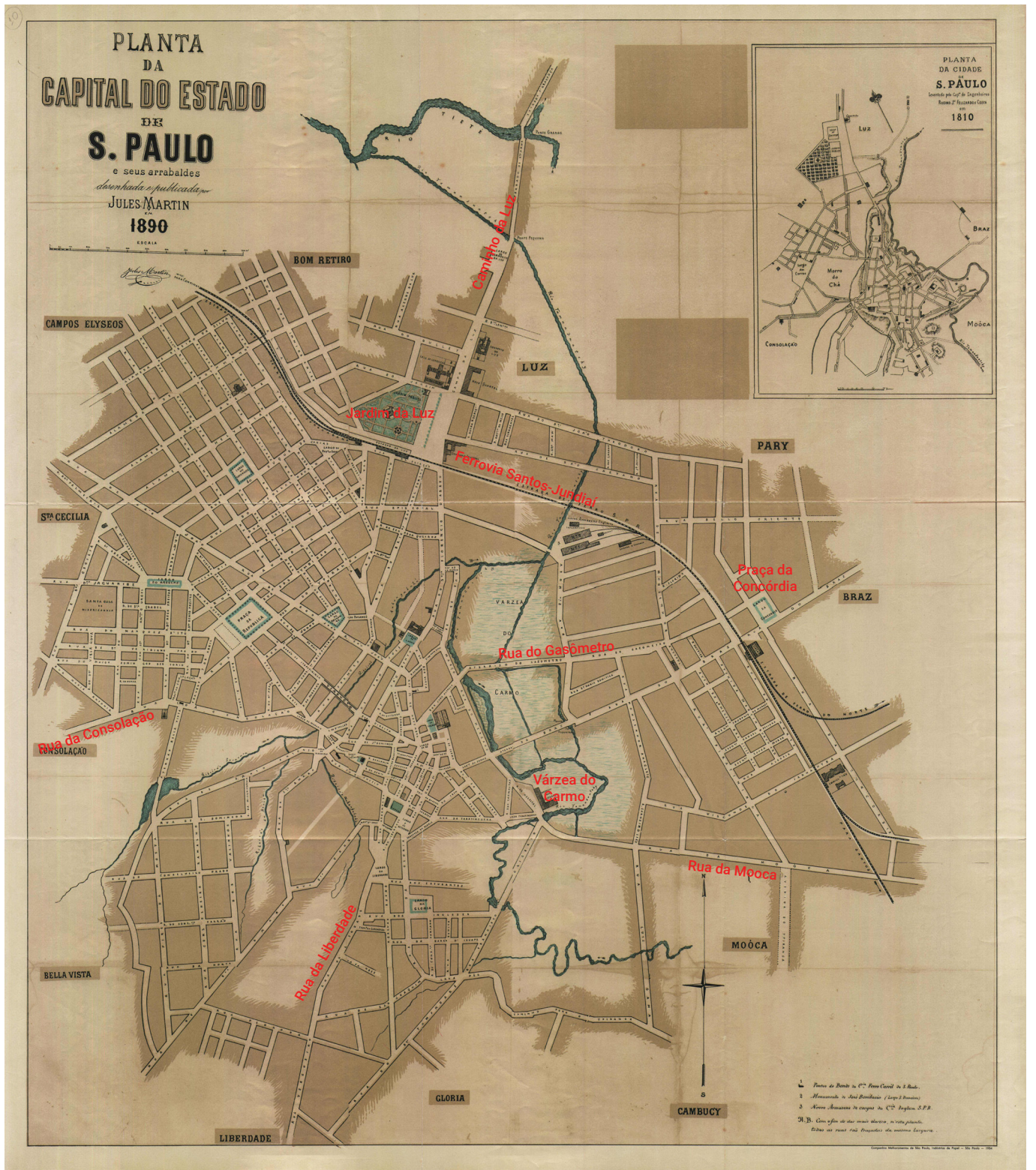


Figura 5: Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes, de 1890 (indicações nossas).
 Fonte: Campos, 2008.

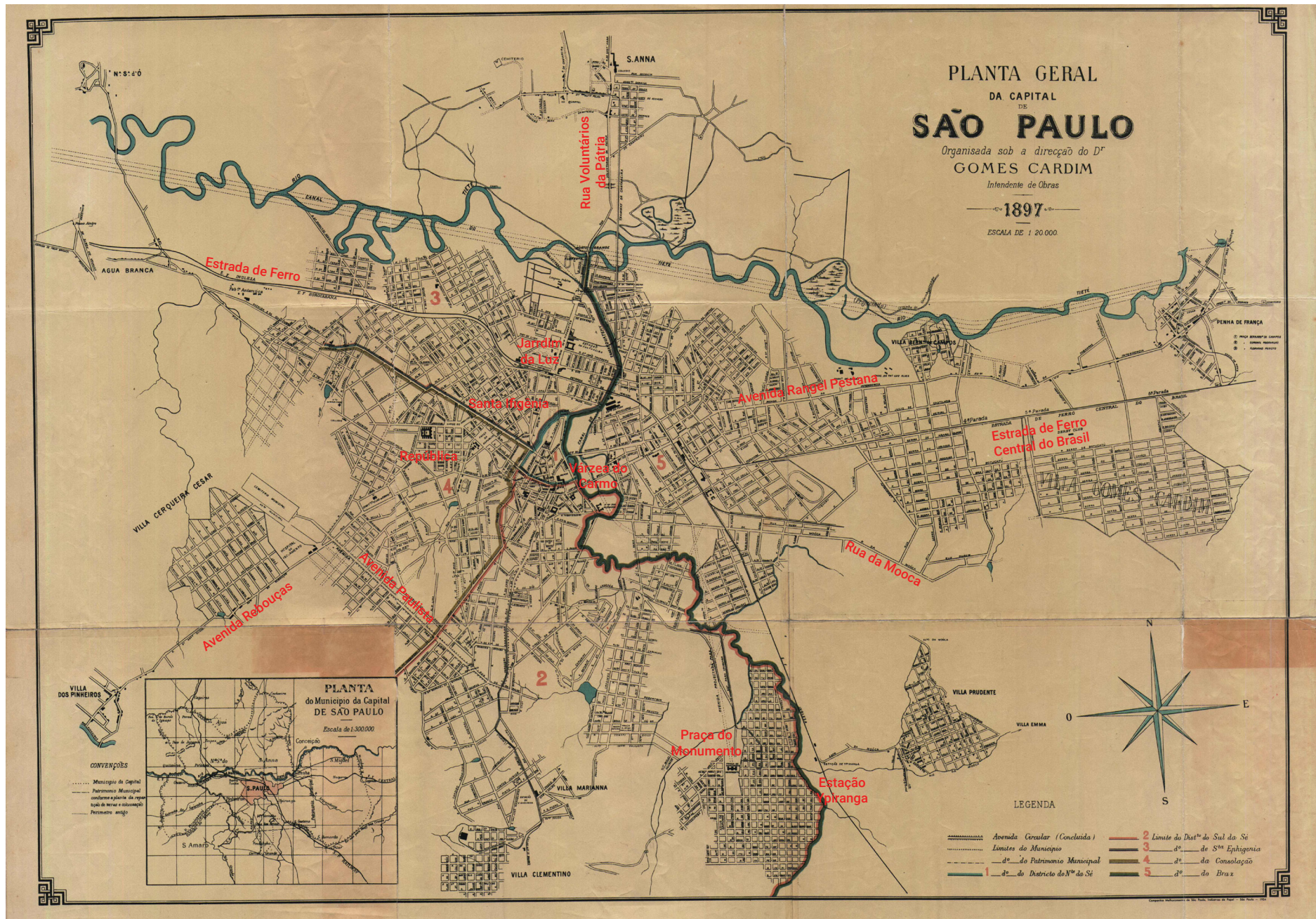


Figura 6: Planta Geral da Capital de São Paulo, de 1897 (indicações nossas).
Fonte: Campos, 2008.

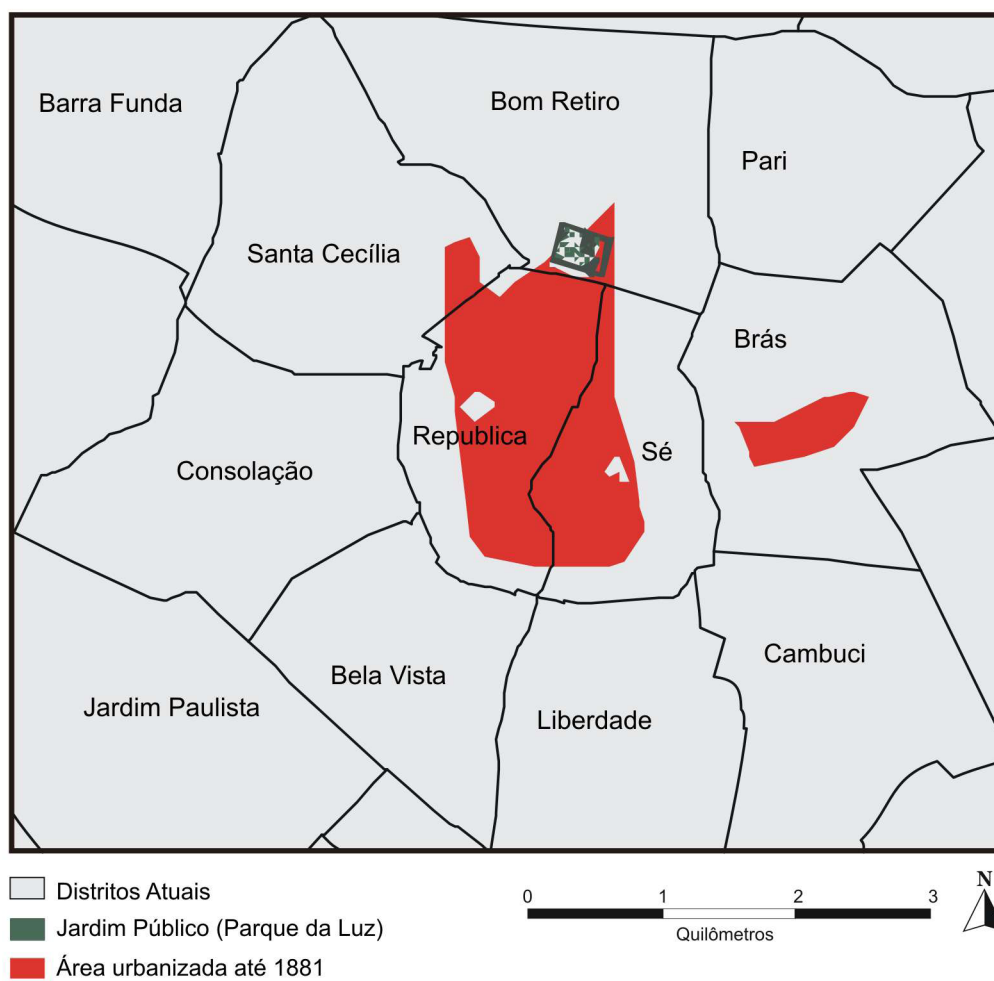
A planta de 1890 (Figura 5) corresponde à primeira carta paulistana executada após a Proclamação da República e atesta o acelerado processo de urbanização em curso na cidade: a sul, com a abertura de novas ruas nos bairros da Liberdade, Glória e Cambuci; a sudoeste, com o arruamento do bairro da Bela Vista; a leste, com a expansão dos arruamentos, especialmente em torno da Estação do Norte e da Hospedaria dos Imigrantes; e a oeste, com o prolongamento dos limites de ocupação além da Santa Casa de Misericórdia e da Capela de Santa Cecília. A região do Brás e do Pari que, segundo depoimentos da época, já abrigava a atividade fabril, foi interligada com o Bom Retiro, então em processo de formação, por meio das Ruas Monsenhor de Andrade, João Theodoro e São Caetano (CAMPOS, 2008).

A planta de 1897 (Figura 6) reflete a explosão urbana ocorrida na última década do século XIX, apresentando limites consideravelmente expandidos em relação à planta de 1890: a norte, o Largo de Santana; a sul, a Vila Clementino; a leste, a recém-loteada Vila Gomes Cardim; e a oeste, a região da Água Branca e da Freguesia do Ó. Face ao processo especulativo que se intensificava na cidade, Campos (2008) alerta para os possíveis interesses particulares envolvidos na elaboração dessa peça gráfica, que contém o registro de áreas arruadas ilusórias, especialmente nos subúrbios. É notável, entretanto, que o centro de São Paulo, que se conformou em torno do histórico Triângulo, já apresentava, desde o período imperial, vetores de expansão

para o Brás e Pari, a leste; para os bairros da Luz e do Bom Retiro, a norte; e para o bairro da Liberdade, a sul, conformação que já estava consolidada no mapa de 1890 (Figura 5), previamente à explosão urbana decorrente do Ciclo do Café. Essa expansão urbana foi estimulada pela legislação urbanística da época, que integrava um projeto municipal de construção de uma nova imagem para o centro da cidade, estabelecendo regramentos de caráter higienista que resultaram na expulsão da massa trabalhadora da região (ROLNIK, 1997; MARICATO, 2003).

A evolução da área urbanizada do Município de São Paulo foi esquematizada nos mapas da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) adaptados pela antiga Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) (Figuras 7 a 11), que demonstram que a ocupação do território que integra o PIU Setor Central ocorreu, em sua maior parte, até 1914 (Figura 8). Somente a partir de 1915, com a região central já consolidada, iniciou-se a ocupação das áreas a norte do Rio Tietê, que integram o atual território do Arco Tietê, e dos distritos mais a leste do perímetro proposto para o PIU, que atualmente integram o Arco Leste (Figura 9). A consolidação da urbanização dos Arcos Tietê e Leste só ocorreu no início da década de 1960 (Figura 11). Desse modo, evidencia-se que o território que compõe o perímetro do PIU Setor Central é resultado de uma construção histórica, que ocorreu anteriormente à urbanização do restante do território dos Arcos Tietê e Leste.

Área Urbanizada 1872



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa.
 Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.
 Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

Figura 7. Área urbanizada de São Paulo – 1872.